

**Anexo 7 - Matriz de Seguimento da Implementação das Recomendações da Avaliação do PIC Portugal Cabo Verde 2008-2012**

<p style="text-align: center;"><b>RECOMENDAÇÕES</b> Avaliação PIC 2008-2011</p>	<p style="text-align: center;"><b>SEGUIMENTO</b> (abril 2013)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Avaliação PIC 2012-2015</b></p>
<p><b>A. NÍVEL ESTRATÉGICO</b></p>		
<p>1. No próximo Programa de Cooperação com Cabo Verde deve haver uma alteração qualitativa, no sentido de uma programação com objetivos e indicadores de <i>outcome</i>, devendo ser definidas metas a alcançar.</p>	<p>Foi criado um grupo de trabalho interno que se encontra a elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações. Uma vez estabilizada internamente, a matriz será posteriormente levada à consulta dos ministérios setoriais.</p>	<p>A matriz com os objetivos, indicadores de outcome e respetivas metas não foi elaborada</p>
<p>2. A programação deve continuar numa base plurianual, alinhada com o documento de estratégia de Cabo Verde.</p>	<p>O PIC mantém o seu carácter plurianual, com montantes plurianuais (indicativos) para o seu período de vigência.</p>	<p>O documento está alinhado com o documento de estratégia de Cabo Verde. Esta questão é condicionada pelo facto de o Orçamento de Estado ser anual.</p>
<p>3. Encontrar uma forma de reduzir a dispersão, no sentido de aumentar a eficácia do apoio ao desenvolvimento.</p>	<p>Dois Programas Bandeira incluídos no PIC 2012-2015: Cooperação Técnico-Policial e da Educação.</p>	<p>Apesar da introdução de programas bandeira, a dispersão não foi reduzida.</p>
<p>4. Reforçar a liderança do IPAD na coordenação da cooperação em todas as suas fases, a qual passa necessariamente por: (i) criar um sistema de informação; (ii) fortalecer o papel dos serviços de cooperação no terreno ao nível da capacidade de decisão; e (iii) revitalizar a CIC e o Fórum da Cooperação colocando-os ao serviço da eficácia do desenvolvimento.</p>		<p>Não foi criado o sistema de informação, não foi fortalecido o papel dos serviços de cooperação no terreno ao nível da capacidade de decisão nem foram revitalizados a CIC e o Fórum</p>
<p>5. No processo de elaboração do próximo Programa deve haver um envolvimento mais ativo e atempado dos diversos atores da Cooperação Portuguesa</p>	<p>As consultas com os diversos atores relativamente ao novo PIC foram desenvolvidas pelo GSENEC.</p>	<p>Houve envolvimento dos diversos atores da cooperação portuguesa. Contudo há espaço para melhorias</p>
<p>6. Na Cimeira luso-cabo-verdiana, que irá ter lugar em 2012, o futuro da cooperação deve ser pensado estrategicamente, tendo por base o novo PIC, no sentido de explorar novas áreas e conteúdos tendo em atenção o pilar da cooperação empresarial.</p>		<p>No contexto da Cimeira Luso-Cabo-Verdiana de 2014, foi operacionalizada a Comissão Permanente Luso-Cabo-Verdiana.</p>
<p>7. A DNAPEC deve aprofundar a articulação com todos os sectores, devendo promover reuniões regulares de articulação entre instituições e afinar a comunicação na implementação das intervenções.</p>		<p>A articulação entre DNAPEC e ministérios setoriais cabo-verdianos melhorou devido às exigências introduzidas pelo GAO.</p>
<p>8. Cabo Verde deve exercer uma verdadeira liderança na coordenação da Ajuda dos diversos parceiros.</p>		<p>Apesar de Cabo Verde ter progredido em termos de coordenação da ajuda há ainda um caminho a percorrer.</p>

<b>B. NÍVEL OPERACIONAL</b>		
<p>9. O sistema de acompanhamento conjunto (Portugal e Cabo Verde) do novo Programa deve ser revisto, devendo a coordenação assumir um papel central. Realizar um encontro anual entre a DNAPEC e o IPAD com o objectivo de fazer o balanço da cooperação desenvolvida e programas o período seguinte.</p>	<p>A fim de operacionalizar a Comissão de acompanhamento do PIC foi enviada comunicação para CV informando acerca da composição, pela parte PT, dos elementos que participarão na mesma. Perspetiva-se que os encontros tenham lugar em maio de 2013, em CV.</p>	<p>Não se realizaram encontros anuais de balanço entre DNAPEC e IPAD/Camões, I.P.</p>
<p>10. Durante o novo ciclo de cooperação devem ser realizadas reuniões sectoriais com os diversos atores da Cooperação Portuguesa para promover uma maior articulação e dar coerência a todo o apoio. Nesta matéria assumem particular destaque os sectores da educação (ensino superior) e da segurança.</p>	<p>As reuniões que tiverem lugar entre o ex-IPAD e os ministérios setoriais, ou outros intervenientes, tiveram lugar ao nível da divisão de projetos (DAB).</p>	<p>Não houve a articulação necessária. Apesar de se terem realizado algumas reuniões, as mesmas não cumpriram este objetivo.</p>
	<p>Os programas desenvolvidos na área do ensino superior em CV são acompanhados e monitorizados pelo Responsável do Departamento de Português da UCv e pela DSLC/DCEPE que, nesta data, são os dois intervenientes diretos nesta área.</p> <p>A única reunião que houve foi já no corrente ano, mas não foi para tratar matérias com os objetivos subjacentes às ideias que estão no cerne deste ponto. A referida reunião, convocada pelo Camões, tinha por objetivo recolher os pontos de situação dos programas de cooperação a executar nos vários ministérios envolvidos em atividades de cooperação com o Camões, a fim de habilitar o Camões para uma reunião, presumimos que de avaliação interna. CONTINUAMOS A ACHAR SER DE ENORME IMPORTÂNCIA A REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES CONJUNTAS PROPOSTAS NESTE PONTO. O ESCRITO NA COLUNA “EXPLICAÇÃO” CONTINUA ATUAL. QUANTO MAIS INFORMAÇÃO ESTIVER DISPONÍVEL ENTRE AMBAS AS PARTES, MAIOR É A GARANTIA DE SE OBTEREM RESULTADOS DE MAIOR AMPLITUDE E ALCANCE.</p>	
<p>11. A articulação entre a sede e o terreno deve ser melhorada e agilizada. Por exemplo, os documentos estratégicos e orientadores devem ser atempadamente divulgados e os serviços de cooperação junto da Embaixada devem ter acesso à intranet e às pastas partilhadas do IPAD. A partilha de experiências (reunião anual) entre os Adidos da Cooperação e o IPAD assume igualmente grande importância.</p>		<p>Não foram devidamente divulgados os documentos estratégicos e orientadores. Alguns parceiros locais não conheciam o PIC. Os serviços da Embaixada não têm acesso à intranet e às pastas partilhadas do Camões, nem à informação da BDCOOP. Não se realizaram as reuniões anuais entre os Adidos da Cooperação e o Camões, I.P.</p>
<p>12. Os esforços da cooperação portuguesa, na área do ensino/língua portuguesa devem ter subjacente o envolvimento das autoridades cabo-verdianas, sob pena de não produzirem os efeitos esperados.</p>		
<p>13. Procurar reduzir a mobilidade de quadros para que o apoio ao desenvolvimento de capacidades produza os efeitos desejados. Por exemplo, é necessário fixar quadros na DGES para que a mesma possa desempenhar as suas funções.</p>		<p>A mobilidade de quadros continua. Por exemplo, na área do MAI.</p>

<p>14. Face à escassez de recursos, os projetos futuros devem ser definidos com metas precisas a alcançar.</p>	<p>Foi criado um grupo de trabalho interno que se encontra a elaborar uma matriz de intervenção que contenha pontos de partida, indicadores e metas possibilitando, dessa forma, fornecer informações válidas para as avaliações.</p>	<p>A matriz referida em sede de seguimento não foi elaborada</p>
<p>15. Os ministérios sectoriais cabo-verdianos devem, no início de cada ano, enviar à DNAPEC a calendarização das atividades de cooperação e, no final do ano, um relatório sobre a execução, para que a DNAPEC possa exercer convenientemente as suas funções de coordenação</p>		<p>A comunicação e articulação melhorou contudo continua a existir espaço para melhorias.</p>
<p>16. Nas intervenções que utilizam os sistemas nacionais, devem ser agilizados os mecanismos de gestão e prestação de contas.</p>		<p>Não foi possível analisar esta questão.</p>
<p><b>C. ÁREAS DE INTERVENÇÃO</b></p>		
<p>17. Portugal deve continuar a apoiar os sectores/áreas em que tem mais-valias: (i) capacitação institucional (agiliza a Administração, a qual agiliza a Economia), (ii) Ensino/formação.</p>	<p>O Princípio da concentração setorial encontra-se refletido no novo PIC.</p> <p>Este objetivo continua a estar assegurado. Mantém-se a presença na Universidade de Cabo Verde e na Licenciatura em Estudos Cabo-Verdianos e Portugueses bem como em outras graduações de outras áreas onde o Português/Práticas de Comunicação em Cursos Curriculares Opcionais de Língua e Cultura Portuguesas e Culturas da CPLP se insere como disciplina curricular.</p> <p>Têm sido realizadas ações de Formação em TIC com os seguintes temas: As Tecnologias Interativas na Transformação do Ensino Aprendizagens e As Tecnologias Interativas no Desenvolvimento Profissional e nas Dinâmicas de Reuniões.</p>	<p>Embora continuando a haver dispersão, é possível identificar-se áreas/setores de concentração, nomeadamente Ensino/Formação e Segurança.</p>

<p>18. Melhorar a articulação das intervenções de desenvolvimento de capacidades, de modo a que sejam implementadas no momento mais adequado, e optar por formação on-job.</p>	<p>Mantendo-se o exposto em “EXPLICAÇÃO” é objetivo da DGAI e das FSS assegurar cada vez mais a formação on-job e a formação de formadores de modo a assegurar uma evolução mais rápida na capacitação e autonomização das entidades destinatárias. No âmbito do PIC 2012-1015, o PCTP 2012 com Cabo Verde incluiu a aquisição de alguns equipamentos que vieram abrir novos horizontes na cooperação com Cabo Verde, nomeadamente por permitirem autonomização relativamente à dependência externa e responderem de imediato às necessidades internas. Exemplo disso são a equipagem de um Gabinete de Psicologia para a área de recrutamento de RH – exames psicotécnicos, entrevistas de admissão, etc.; Equipamento de fiscalização rodoviária (todo o equipamento ligado ao suporte de ações de fiscalização de viaturas e de condutores, para várias ilhas e respetiva formação. Esta formação permite habilitar elementos cabo-verdianos como formadores.</p> <p>Um outro contributo importante numa área tão essencial como as fronteiras, num país com forte exposição de fronteiras externas é a criação de uma Unidade de Análise de Risco com o respetivo hard e software desenvolvido pelo SEF. Esta análise de risco permite tratar automaticamente todas as incidências nas fronteiras e analisar estratégias de resposta às mesmas.</p> <p>Este são alguns exemplos.</p> <p>Encontra-se em funcionamento um Programa de Formação de Monitores de Língua Portuguesa na Cidade da Praia.</p>	<p>Verificaram-se alguns progressos.</p>
<p>19. A realização de determinadas ações de formação e assessorias técnicas pressupõe a disponibilidade de equipamentos. Nestes casos, deve ser assegurado pelo respetivo programa de cooperação o orçamento necessário para a sua aquisição e disponibilização aos seus destinatários.</p>	<p>Como já referido anteriormente, o Camões passou a demonstrar maior abertura no que respeita a disponibilização de equipamentos. Também o MAI/FSS têm vindo a fazer esforços na disponibilização de determinados equipamentos através de doação, ficando apenas o custo de transporte a cargo do PCTP.</p>	<p>Verificaram-se progressos em termos de disponibilização de equipamentos quando necessário.</p>
<p>20. Incluir a gestão de risco nos documentos de projeto</p>	<p>O fator de risco em Cabo Verde tem vindo a diminuir, muito pelo mérito cabo-verdiano, país que conquistou o reconhecimento internacional pelo rigor das execuções orçamentais e dos programas de ajuda internacional.</p> <p>Como país com limitações de desenvolvimento económico no setor produtivo para exportação, CV continuará a depender no médio prazo da ajuda internacional. As tentativas das organizações de tráfico de seres humanos e do tráfico de estupefacientes utilizarem CV como plataforma de passagem, fazem com que a cooperação portuguesa nestas áreas continue a ser fundamental.</p>	<p>Não foi incluída a gestão do risco. A gestão do risco apenas é referida no documento do PIC sem tradução prática.</p>
<p>21. O Cluster, sendo uma modalidade de Ajuda com muitas potencialidades, a manter-se, deve ser revisto ao nível da sua gestão, coordenação e financiamento.</p>	<p>O PIC 2012-2015 não tem cluster de acordo com as orientações do GSENEC.</p>	<p>O PIC 2012-2015 não inclui esta modalidade de ajuda.</p>
<p>22. Agilizar as linhas de crédito, colmatando as ineficiências muito ligadas aos aspetos burocráticos.</p>		<p>Houve progressos significativos.</p>
<p>23. O futuro PICATFin deverá ter em atenção o Plano de ação da reforma das finanças, (no quadro do PEMFAR) no sentido de identificar as áreas prioritárias de intervenção.</p>		<p>O PICATFIN terminou em 2013 e não houve novo programa.</p>

<p>24. No quadro do PICATFin, em face das expectativas criadas, deverá ser divulgado o relatório da autoavaliação realizada em 2010.</p>		<p>Não foi possível fazer a avaliação do programa por falta de resposta aos questionários por parte de Cabo Verde.</p>
<p>25. No sector da Justiça, agilizar os processos para que a implementação das ações se inicie no início de cada ano.</p>		<p>Não foram agilizados os processos. A implementação continua a ser efetuada no último trimestre do ano.</p>
<p>26. No sector da Segurança, desenvolver uma visão integrada com uma abordagem coerente do apoio, que inclua todos os atores envolvidos e promova sinergias, otimizando a relação custo/benefício.</p>	<p>A cooperação tripartida continua a ser a base obrigatória na elaboração dos PCTP. As demandas e as necessidades dos destinatários continuam também a ser o ponto de partida para a programação dos planos e execução das ações, assessorias e eventual disponibilização de equipamentos.</p> <p>De realçar que, no ano de 2012, na execução do PCTP os 3 processos de aquisição de equipamentos ficaram sob a responsabilidade do MAI-CV e foram um êxito, tendo decorrido sem qualquer incidente e num prazo assinalável. Certamente que este facto também serviu para um sentimento de maior participação e de responsabilização da parte das autoridades CV.</p> <p>Já em 2013 realizou-se uma ação com uma nova situação. A ação decorreu na Praia e no Mindelo, tendo o MAI-CV assumido as despesas das passagens aéreas para o Mindelo (os formadores regressaram para Portugal diretamente do Mindelo) e o alojamento dos formadores do SEF.</p>	<p>No setor da Segurança, a perspetiva setorial integrada ainda tem muitas insuficiências.</p>
<p>27. Repensar o apoio na área do Ensino Superior, definindo uma estratégia de intervenção coerente e articulada, que promova a sua eficácia global. Repensar os mecanismos de operacionalização dessa estratégia, nomeadamente no que diz respeito à mobilidade de docentes. Nas bolsas de licenciatura centrar o apoio em áreas prioritárias e não existentes em Cabo Verde (Saúde, Engenharias). Nas bolsas de pós-graduação centrar o apoio no reforço e capacitação do corpo docente do ensino superior de Cabo Verde.</p>	<p>De acordo com elementos da DRH (Bolsas) das bolsas destinadas ao ensino universitário e politécnico, para o ano letivo 2012-2013, 23% foram destinadas à área da Educação (mestrados).</p>	<p>Apesar dos resultados estruturantes alcançados no setor do Ensino Superior, há necessidade de ser desenvolvida uma estratégia de intervenção global no setor da Educação. A mobilidade de docentes continua a ser um problema.</p>
	<p>De acordo com informação DCEPE/Bolsas, foi atribuída 1 bolsa de investigação para apoio a Mestrado em Didática de Português, Língua Segunda Língua Estrangeira (PLE)</p>	
<p>28. No apoio ao Desenvolvimento Sociocomunitário, as autoridades cabo-verdianas devem assumir maior responsabilização na gestão e acompanhamento dos projetos.</p>		<p>Embora não tendo sido objeto de avaliação, dos contactos realizados percebe-se ter havido progressos.</p>
<p>29. Intensificar as atividades de capacitação institucional ao MSS cabo-verdiano, por ter sido identificada pelos parceiros cabo-verdianos como uma área a necessitar de apoio.</p>		<p>Embora não tendo sido objeto de avaliação, dos contactos realizados percebe-se ter havido apoio nesta área, mas ainda com insuficiências.</p>
<p>30. Rever o Programa de Cooperação no domínio do emprego e da formação profissional, com o objetivo de apoiar o IEFP-CV e a sua rede de Centros de Emprego e Formação Profissional, na capacitação para o desenvolvimento das suas funções de Serviço Público de Emprego e adotar uma abordagem setorial integrada.</p>		<p>Não há evidências de ter sido adotada uma abordagem setorial integrada, contudo, constata-se a preocupação com a questão da empregabilidade através da diversificação das áreas de formação e da criação de gabinetes de apoio ao empreendedorismo.</p>
<p>31. Manter a presença no apoio ao orçamento.</p>		<p>A presença manteve-se mas o montante anual diminuiu.</p>